



Reunião de 12/11/2014

**ATA N.º 21/2014**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM DOZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE**

---- Aos **doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

**SITUAÇÃO FINANCEIRA**

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 1.636.453,05 € (um milhão seiscentos e trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta e três euros e cinco centimos); - De operações não orçamentais: 110.824,19 € (cento e dez mil oitocentos e vinte e quatro euros e dezanove centimos). -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária da Câmara Municipal, de 12 de novembro de 2014. De seguida deu informação sobre o Resumo Diário de Tesouraria do dia 11 de novembro de 2014, havendo de disponibilidades, um milhão setecentos e quarenta e sete mil euros e havendo de operações não orçamentais, cento e dez mil oitocentos e vinte e quatro euros. Depois de declarar aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, deu a palavra aos Senhores Vereadores que pediram o uso da mesma. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques leu a intervenção que a seguir se transcreve: -----

---- *“Reunião de Câmara de 12 de novembro de 2014 -----*

---- *Período Antes da Ordem do Dia -----*

---- *Intervenção: -----*

---- *Tomei ontem conhecimento que o Presidente da Câmara Municipal de Nelas enviou para o meu local de trabalho, Município de Mangualde, excertos das minhas intervenções, constantes na ata da reunião camarária de 24 de setembro de 2014 e outras, onde eu referi: “Que era funcionário da Câmara Municipal de Mangualde, que estava muito bem, a quem o Senhor Presidente da Câmara tentou perseguir, não conseguiu e que estava enganado e que tinha muito respeito por um homem que se chama João Azevedo e que o Senhor Presidente da Câmara não o tinha.” -----*

---- *Nessa mesma reunião: “O Senhor Presidente da Câmara afirmou que aquilo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques estava a dizer era mentira e o que não tolerava e dizia*



Reunião de 12/11/2014

*isso com toda a tranquilidade é que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fizesse insinuações e depois de desafiado não as concretizou.” -----*

*---- Pois bem, aqui está a resposta ao desafio! -----*

*---- Como habitualmente vem acontecendo, o Presidente da Câmara Municipal de Nelas falta compulsivamente à verdade, faltou também à verdade naquela reunião e como diz sabiamente o nosso Povo: “A verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima.” -----*

*---- Perguntarão, certamente, qual foi a intenção do Presidente da Câmara Municipal de Nelas, ao enviar os excertos das minhas intervenções para o meu local de trabalho, Município de Mangualde? -----*

*---- O assunto só tem uma resposta, a nítida intenção de me prejudicar no meu posto de trabalho! -----*

*---- Lamentavelmente esqueceu-se o Presidente da Câmara Municipal de Nelas, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde e os seus Vereadores e colaboradores políticos, têm uma idoneidade moral, cívica e política que também como diz sabiamente o nosso Povo, que o Presidente da Câmara Municipal de Nelas, “nunca lhe chegará aos calcanhares”. -----*

*---- Só a mero título de avivar a memória ao Presidente da Câmara de Nelas, que foi também pela mão do saudoso Senhor Vereador Cândido Azevedo, pai do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, que ingressei no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mangualde em 1989. -----*

*---- Por isso, posso afirmar convictamente que não é um qualquer Borges da Silva que consegue abalar o respeito e a consideração que há entre o jurista da Câmara Municipal de Mangualde e os seus responsáveis políticos. -----*

*---- Além do mais, aqueles autarcas fazem parte de um partido democrático e de liberdade, no qual o Presidente da Câmara Municipal de Nelas não se revê, no qual eu também já militei e as condições da minha saída não passaram assim tão despercebidas. -----*

*---- Também não passaram despercebidas as lutas que ajudei a travar com os demais militantes do Partido Socialista, os quais ainda hoje fazem parte: Adelino Amaral, Mota Veiga, João Santos, António Sousa, Fernando Pimentel, Horácio Vaz, João Pedro Vaz, José Lopes Correia, saudoso Rui Neves, Francisco Cardoso e ainda Pedro Santa Maria da Rocha, contra o terrorismo político da Escola em que o Borges da Silva estava matriculado, no ataque cerrado ao Partido Socialista e seus Autarcas, só não os prendendo por serem Gente séria. -----*

*---- Quanto à minha pessoa o Presidente da Câmara Municipal de Nelas quer a todo o custo “amordaçar-me”, calando a minha voz, que muito o incomoda por não o deixar fazer o que ele bem entende, pode ele bem-fazer o “pino”, termo seu na reunião de Câmara, não o vai conseguir: -----*

*---- a) Lembrou-se no início do mandato dos ridículos assuntos dos telemóveis e dos vinhos, que com o espetáculo de insinuações que ele proporcionou, pessoalmente aconselhei-o a participar ao Ministério Público da Comarca de Nelas, com a sua atitude política de cobardia não o fez. Pois bem, sabia as suas consequências; -----*

*---- b) A famigerada sindicância, com a qual enxameou os jornais locais, regionais e nacionais; -----*



## Reunião de 12/11/2014

---- c) *A tentativa de perseguição junto do meu local de trabalho;* -----

---- d) *A tentativa de proibição de contactar com os Funcionários da Autarquia, ou até mesmo com os seus familiares;* -----

---- e) *A nova tentativa de perseguição junto do meu local de trabalho.* -----

---- *Indubitavelmente, não será o Presidente da Câmara Municipal de Nelas que calará a minha voz, nem ditará os trilhos da minha oposição, porquanto:* -----

---- *Farei sempre uma oposição em qualquer lugar que eu esteja, sempre lhe disse que não é um Presidente da Câmara legitimado pela vontade popular, mas sim pela Jurisprudência.* ----

---- *Sempre disse que é um Presidente de Direito e nunca será um Presidente de Facto.* -----

---- *Não me amedrontará, porquanto:* -----

---- *Enquanto Autarca não aumentei o meu património, designadamente com aquisição de casas, de terrenos, nem participei no capital social de sociedades, sejam elas de responsabilidade limitada ou sociedades anónimas, nem nunca solicitei aos industriais do meu Concelho avenças pelos serviços prestados na área do Direito.* -----

---- *Também nunca solicitei ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, fosse ele qual fosse, a emissão de um atestado de residência para um cidadão estrangeiro, conforme ele residia na sua área, há mais de seis meses, quando isso não seria verdade.* -----

---- *Toda a minha conduta de autarca se pautou em servir as populações, abdicando do benefício pessoal.* -----

---- *Por todo o exposto, pode o Presidente da Câmara Municipal de Nelas continuar a desejar que eu me “evapore”, e a perseguir-me ou até mesmo a fazer o “pino”, mas nada obstará que eu deixe de lhe fazer oposição dentro dos ditames legalmente previstos.* -----

---- *Claramente que não copiarei os moldes por ele usados, que ainda hoje os relembro nas minhas velhas memórias.* -----

---- *Em Conclusão: O Nosso Concelho de Nelas tem coisas muito mais importantes, que deverão ocupar o Presidente da Câmara, em vez de o ocupar a enviar excertos das intervenções de um Vereador da Oposição eleito sem qualquer irregularidade.* -----

---- *Vila Ruiva, 11 de novembro de 2014.* -----

---- *O Vereador do CDS/PP, Manuel da Conceição Marques.”* -----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e, de seguida, afirmou que apenas queria relevar a iniciativa que ocorreu durante o fim-de-semana passado, do Dia Europeu do Enoturismo e agradecer, publicamente, nesta reunião de Câmara, a todas as pessoas que contribuíram para a sua realização, com especial enfoque, obviamente, nas empresas que aderiram, sejam elas, produtores, que tiveram o papel principal, e, igualmente, os estabelecimentos de restauração e bebidas que também se associaram ao evento não esquecendo os funcionários da autarquia. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que queria dar conta à Câmara de alguns assuntos de interesse municipal, dizendo que tinha agendada uma reunião, para o fim do corrente mês de novembro, com o Senhor Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares, que pode ser uma visita ao Concelho de Nelas da parte dele, no sentido de se desenvolver a questão da oferta profissional na Lapa do Lobo. Portanto, o Senhor Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares dispõe-se a vir conhecer a realidade, particularmente, o apoio que a Fundação Lapa



## Reunião de 12/11/2014

do Lobo, nos últimos anos, tem dado ao Concelho de Nelas, às atividades e às associações. E, portanto, no sentido de, como ficou combinado com o Senhor Secretário de Estado da Administração Escolar, desenvolver-se essa potencialidade. -----

---- Deu conta também à Câmara de que a empresa Aquinos, S.A. solicitou que para a sua atividade necessitaria de mais um espaço industrial. Portanto, para além da aquisição, por via de um contrato de leasing imobiliário das instalações da antiga Johnson Controls e do arrendamento que a Câmara está a suportar por um pavilhão dos herdeiros do Senhor José Fernando, portanto, que a Câmara está a custear essas instalações como foi aprovado numa anterior reunião de Câmara no âmbito do protocolo celebrado com a empresa Aquinos, S.A., a referida empresa necessita também do arrendamento do pavilhão contíguo. O Executivo Municipal já contactou os proprietários, e a empresa Aquinos, S.A. precisa de mais espaço para armazenagem e requereu que a contrapartida pela criação de emprego que a Câmara Municipal tem que dar, servisse, no ano de 2015, como adiantamento do pagamento das rendas desse pavilhão, que são cerca de mil euros por mês. -----

---- Informou também a Câmara que no dia anterior a esta reunião teve uma reunião com o Senhor António José Aquino e com o seu sobrinho Flávio Aquino, nas suas instalações da empresa em Nelas, e que lhe deram a informação que dos territórios dos Concelhos de Santa Comba Dão a Mangualde, passando por Nelas e Carregal do Sal, o Grupo Aquinos emprega 321 pessoas, sendo que na fábrica de Nelas, no dia anterior a esta reunião, trabalhavam já 162 pessoas, sendo 104 pessoas residentes no concelho de Nelas, 23 pessoas do Concelho de Mangualde, 4 pessoas do Concelho de Viseu, 13 pessoas do Concelho de Seia, 15 pessoas do Concelho do Carregal do Sal, 1 pessoa do Concelho de Oliveira do Hospital e 2 pessoas do Concelho de Tábua. Do Município de Nelas, residentes no Município de Nelas, além das 104 pessoas que trabalham em Nelas, trabalham mais 32 pessoas em Tábua, que todos os dias se deslocam num autocarro para Tábua. Portanto, achava que a empresa Aquinos, S.A., se não é o terceiro, é já o quarto maior empregador do Concelho de Nelas e continuará a merecer deste Presidente da Câmara e da Câmara, seguramente, um grande apoio. Por neste primeiro ano de mandato conseguir para o Município de Nelas um empregador que já emprega e já contribui para 136 agregados familiares deste concelho, para que eles tenham emprego e salário e pão na mesa, sente-se muito, mas mesmo muito orgulhoso desse trabalho, seu e da sua equipa, que foi feito e que continuará a sê-lo. A empresa Aquinos S.A. está a preparar, como confiamos venha a suceder, com os Arquitetos um projeto de expansão dessa empresa, com uma área coberta de entre 10.000m<sup>2</sup> e 25.000 m<sup>2</sup>, para armazenagem, para dinamizarem os cinco hectares que o Executivo Municipal, em termos de protocolo, garante aqui no Concelho de Nelas. Portanto, se outras razões não houvessem, o facto de se ter propiciado a que em Nelas e nos Concelhos vizinhos, 162 pessoas já tenham um emprego em Nelas e ajudem o seu agregado familiar, é verdadeiramente, para ele, Senhor Presidente, um orgulho, na senda de anteriores Presidentes de Câmara que aqui criaram e atraíram grandes empresas como, em particular, o Senhor Eng.º José Manuel Lopes Almeida e como o Senhor Dr. José Lopes Correia. -----

---- O Senhor Presidente informou também a Câmara que, para além dos dois concursos públicos de aquisição de serviços de projetos, que decorreram durante o mês de outubro, estão todas as diligências a também a decorrer no sentido de serem construídas e finalizadas



#### Reunião de 12/11/2014

em 2015 duas novas etar,s. Uma etar nova em Canas de Senhorim, estando o Executivo Municipal a negociar os terrenos envolventes á etar no sentido de ver se lhe pode dar outra utilização e está a verificar isso, particularmente, se poderá ser lá a ampliação do cemitério de Canas de Senhorim. O Executivo Municipal está a verificar essa situação, também de acordo com os compromissos que assumiu. Assim em 2015 vai ficar construída, em Canas de Senhorim, uma etar cujo custo rondará um milhão de euros sendo 85% deste valor financiado por programas comunitários, concretamente, o POVT. É abrangido nesse financiamento o coletor principal que vai percorrer toda a Rua da Estação até às Quatro Esquinas, pelo menos, resolvendo um problema de estrangulamento de efluentes que se verifica ali na zona do Minipreço e na zona da Raposeira. O Executivo Municipal tem fundos disponíveis para que tudo isso aconteça estando os concursos a decorrer para uma obra que vai mesmo concretizar-se. Estão a decorrer também contactos com os proprietários dos terrenos que ainda o Senhor Dr. José Lopes Correia deixou comprados para a 3.<sup>a</sup> etar de Nelas, que é abaixo da Póvoa da Roçada, e eles estão disponíveis para isso, no sentido da Câmara Municipal comprar o resto do terreno para ficar com uma área considerável que garanta o futuro. O Executivo Municipal está a regularizar também essa situação. O concurso também do estudo para a etar está realizado e será outra obra que em 2015 ficará construída com, também, um financiamento POVT de 85% no custo de um milhão de euros.-----

---- O Executivo Municipal está à espera que abra o PO SEUR, que é o novo nome dos programas comunitários para os efluentes, para ver se as etar,s compactas nas restantes freguesias serão por essa via também financiadas em todo o lado, na Lapa do Lobo, como nas outras em que há necessidade de tratar.-----

---- Informou, também, a Câmara que, para além destes investimentos, na primeira etar de Nelas, através da requisição n.º 894 foram já comprados equipamentos. Antes disso, foi celebrado com a empresa AGR – Engenharia e Serviços, da Guarda, um contrato de prestação de serviços de manutenção de seis etar,s. Esse valor da manutenção das etar,s está ao abrigo de várias requisições. A AGR tem o valor contratual de cinco mil trezentos e treze euros e faturou, até outubro, dois mil seiscentos e cinquenta e seis euros, para a manutenção dessas seis etar,s. As etar,s são, como já se reafirmou várias vezes em anteriores reuniões de Câmara, a da Urgeiriça, Moreira de Baixo, Nelas 1, Nelas 2, Folhadal e Caldas da Felgueira. Na etar 1 de Nelas, através de uma requisição, será montada ainda esta semana, no máximo na próxima semana fica concluída, conforme indicação dada pela empresa, e que teve um ligeiro atraso por causa da visita da Associação Portuguesa do Ambiente, para verificar as condições da necessidade da 3.<sup>a</sup> etar de Nelas. Portanto, serão montados motores já requisitados e comprados pela Câmara Municipal e estarão na Contabilidade os documentos para pagar no prazo normal, e que evidenciam onze mil seiscentos e um euros. Da segunda etar de Nelas foi também feito um investimento, através de uma requisição, em sete de outubro, de quatrocentos e quarenta e sete euros. Outra requisição para montar os motores e uma série de outros equipamentos, numero cento e oitenta e seis, com o valor dezasseis mil quinhentos e quarenta e cinco euros. Foi também feito outra requisição em outros materiais, e que estava identificado como Mapa GES, quatrocentos e dezassete euros cinquenta e quatro cêntimos. Na etar das Caldas da Felgueira, através, também, de um procedimento que está faturado e os



#### Reunião de 12/11/2014

equipamentos estão montados, para além da manutenção da etar, da limpeza da etar, também foram comprados motores no valor de doze mil e setenta e oito euros.-----

----- Queria dar esta informação e dizer que é absolutamente prioritário para o Executivo Municipal tratar esta questão dos efluentes domésticos e industriais e vai continuar a fazê-lo. -

---- Depois, informou a Câmara que sobre a questão da exploração de suínos que se projeta para Algerás, a informação que a Câmara de Nelas tem, porque é um processo que foi intentado em 2012 pela Serracaça – Sociedade Cinegética e Turística de Pampilhosa da Serra, Pessoa Coletiva n.º 504459763, assinado o pedido por um residente aqui no Município, Senhor Ricardo Rosário que esteve na Câmara no dia anterior a esta reunião a falar com o Senhor Vice-Presidente da Câmara sobre esta matéria e a informação que a Câmara de Nelas tem é que foi um pedido feito em 2012 ao IFAP para a exploração intensiva de 44 suínos ao ar livre numa propriedade que este Senhor/Sociedade terá ali em Algerás, na encosta entre Algerás e Nelas. Portanto, é um licenciamento do Serviço Regional da Agricultura. É o Eng.º Carreira, do IFAP, que está a tratar deste licenciamento. Tudo isto é informação que foi dada ao Senhor Presidente pelo Senhor Eng.º João Luis que, aliás, já a tinha obtido anteriormente. Portanto, na última reunião de Câmara não foi possível dar esta informação. Ele está a acompanhar este processo. O processo carecia de uma série de documentação que não foi entregue na altura. É um processo exigente. Além do mais, a indicação que o Executivo Municipal tem é que este projeto estaria integrado na Reserva Ecológica, portanto, aplica-se a esta matéria, relativamente à exploração de suínos, a Portaria n.º 636/2009, e à gestão de efluentes pecuários a Portaria n.º 631/2009, que implica que tenha que haver um parecer de localização por parte da Câmara Municipal de Nelas, parecer esse que nunca foi pedido. Portanto, aguarda que, ou a Serracaça, ou o IFAP, façam o pedido do parecer de localização por parte da Câmara. Nessa altura saber-se-á em rigor o que é que se projeta, qual é o enquadramento. O Executivo Municipal pedirá, naturalmente, devida informação técnica e ver-se-á o parecer da Câmara Municipal que, seguramente, o Senhor Presidente não deixará de trazer à reunião de Câmara, atenta a importância da conciliação entre a parte ambiental, a parte industrial e a parte comercial, sendo certo que o Executivo Municipal está apostado neste período, como é bem visível, e assim o fez, desde a primeira hora, em duas, ou três reuniões que teve com uma empresa espanhola, que pretendia implantar no Município de Nelas uma fábrica para tratar rejeitados de aviários, em investimento no Município de Nelas sim, quer na área industrial quer na área turística, mas investimento ecologicamente limpo. Portanto se estes suínos, porcas parideiras implicarem risco ambiental, de cheiros, ou doutra natureza para a saúde e para o bom ambiente do Município de Nelas, tanto mais que próximo daquele espaço vai começar a ser edificado, onde a Câmara já fez as ligações de esgotos e água, um empreendimento na área social como o Lar do promotor José Machado. Mas o ponto de partida da Câmara Municipal de Nelas e deste Presidente é que investimentos no Município, sim, mas limpos, não é investimentos, quaisquer que sejam as consequências ambientais, e consequências ambientais que serão pela Câmara muito bem medidas e o Executivo Municipal já deu provas disso. Portanto, sobre este investimento o Senhor Presidente queria dar esta informação e quem tiver dúvidas e via no Público o Senhor Arlindo, residente em Algerás, o Senhor Eng.º João Luis está a acompanhar este processo. Portanto, é esta a informação que tem o Executivo Municipal, que é um licenciamento que



#### Reunião de 12/11/2014

está no IFAP. Este Senhor Ricardo esteve na Câmara a defender o seu projeto, mas o Executivo Municipal ainda não tem, oficialmente, nenhum pedido. Portanto, a exploração de suínos não pode ser instalada sem este parecer de localização por parte da Câmara Municipal de Nelas que com esta ponderação e com esta calma emitirá esse parecer dando informação à Câmara como órgão colegial posteriormente. -----

---- Informou, também, o Senhor presidente que o Executivo Municipal estava a apostar numa outra matéria em que acha que a Câmara estava carecida, que é a formação do seu Pessoal. Portanto, tem sido dada formação no âmbito, particularmente, da higiene e segurança no trabalho. Também os Encarregados e os Gestores da Câmara estiveram três dias em formação de equipas municipais externas. Tiveram formação durante três dias, o que para o Executivo Municipal é muito importante no sentido de dotar e dar condições aos trabalhadores da Câmara Municipal para a sua valorização profissional e também na prestação do melhor serviço aos munícipes, sendo que eles, em termos externos e também em termos operacionais são o rosto do Município de Nelas. -----

---- O Senhor Presidente deu conta também à Câmara acerca de um assunto que veio já á discussão, logo numa das primeiras reuniões. A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões apresentou uma candidatura de eficiência energética durante o ano de 2013 a apoio de fundos comunitários e que a Câmara Municipal de Nelas tinha rejeitado através de ofício enviado à Comunidade Intermunicipal poucos dias antes das ultimas eleições autárquicas. Apenas a Câmara de Nelas, dos 14 Municípios da CIM, é que não aderiu a esse processo de eficiência energética. Entretanto, fruto das insistências que o Executivo Municipal fez junto da Comunidade Intermunicipal, desde a primeira hora deste executivo, conseguiu agora entrar na candidatura. O Executivo Municipal recuperou um projeto de investimento, que vai realizar-se também, obrigatoriamente, em 2015, no âmbito de instalação de reguladores de fluxo luminoso, cujo investimento tem o valor de cento e treze mil setecentos e setenta e cinco euros, visando gerar uma poupança energética á volta de 35%. Tudo isto é um projeto que tem de concretizar-se em 2015. Está também a finalizar-se, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a compra da eletricidade de baixa tensão para todos os duzentos e sessenta e seis mil habitantes da Comunidade Intermunicipal, dos 14 Concelhos. Portanto, o Executivo Municipal pensa também em 2015 ter novidades relativamente a uma maior preocupação em termos de eficiência energética e, eventualmente, poupança de recursos para o Município de Nelas. -----

---- O Senhor Presidente disse, também neste Período de Antes da Ordem do Dia querer dar conta de que foi proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu uma sentença no processo n.º 102/07.2BEVIS, que condena o Município de Nelas. É um processo que entrou no ano de 2007. O autor é o Senhor ex-Presidente, Dr. José Lopes Correia e a sentença decide condenar o Município de Nelas no pagamento ao Senhor Dr. José Lopes Correia do subsídio de reintegração, no montante de 34.895,96 euros, acrescido de juros de mora desde outubro de 2005 e ainda numa indemnização por danos morais, no montante de 3.000 euros. As contas feitas por alto, por ele, Senhor Presidente da Câmara, ronda neste momento um valor de 50.000 euros de capital e juros. O subsídio de reintegração que estava previsto na lei, na altura e que em 2005 foi revogado, previa um mês de remuneração por cada seis meses de prestação de serviço, com um máximo de doze meses. Portanto, no caso do Dr. José Lopes Correia dava



## Reunião de 12/11/2014

este valor de 34.895 euros. A questão que se coloca é que esta sentença está bem fundamentada, naturalmente, juridicamente e a Câmara foi notificada no início de novembro, portanto, está datada, saída de Viseu, no dia 3 de novembro de 2014, o ofício do Tribunal. A questão que se coloca é clara e simples: todas as sentenças, como é evidente, são passíveis de recurso. Queria também perscrutar a opinião de cada um dos Senhores Vereadores, se a quiserem dar, relativamente à necessidade, ou não, de a Câmara poder recorrer desta decisão, ou não recorrer desta decisão, sendo certo que depois agendará este assunto para a próxima reunião de Câmara e fará chegar uma cópia da sentença a cada um dos Senhores Vereadores para se poderem, sobre ela, pronunciar. -----

---- Reafirmou, também, que vai haver o magusto, na próxima sexta-feira, às dezassete horas e reafirmava o convite para que todos os Senhores Vereadores pudessem estar presentes. ----

---- Portanto, a informação da sua parte estava dada e referenciando ter percebido que a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas queria dar alguns esclarecimentos, então, deu-lhe a palavra. -----

--- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas cumprimentou todos os presentes e afirmou que se tinha recordado de dar alguns esclarecimentos quando o Senhor Presidente apresentou os dados que tinha recolhido no dia anterior a esta reunião de Câmara com os industriais da empresa Aquinos, S.A, e que têm a ver, de facto, com uma informação que foi afirmada e questionada na última reunião de Câmara, que também tinha vindo num órgão de comunicação social e que tem a ver, de facto, com a interpretação do que são os dados estatísticos que o IEFP publica e que o Executivo Municipal antes de poder emitir alguma opinião sobre eles tem que perceber o que é que eles traduzem efetivamente. De facto, foi feita uma comparação, que é legítima que seja feita porque a tabela é única e depois olhando só para o valor da tabela, é natural que as pessoas possam, no mínimo, questionar e pensava que foi isso que foi colocado. Tinha a ver com a comparação entre o valor de um quadro que o IEFP disponibiliza, designado por desemprego registado por Concelho, segundo o género, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego e que referia uma relação no período homólogo de setembro de 2013 e setembro de 2014. Portanto, em Setembro de 2013 estariam registados 723 desempregados e em 2014, 841 desempregados. Ora isto, naturalmente, todos questionam, no mínimo, como é que é possível, quando á partida vê-se que este dinamismo de emprego, de oferta de emprego, a informação que vai saindo, as empresas que vão recrutando e ela, Senhora Vereadora, na altura, mesmo assim desconhecendo, deixou em aberto que este valor, este número poderia representar, de facto, o número total de desempregados, independentemente de estarem ocupados, ou não ocupados, porque, de facto, o IEFP, com todos os programas que tem de estímulo à contratação e formação, as pessoas acabam por estar ainda na situação de desempregados, mas são desempregados ocupados. Então, nesse sentido, a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas gostaria apenas de esclarecer que destes 841 chamados desempregados, 241 são desempregados ocupados. Portanto, estão em estágios, formação, contatos de emprego inserção, estão enquadrados em cursos de Educação e Formação de Adultos, estão enquadrados em cursos modelares, são as unidades de formação de curta duração, ou em formações designadas de competências básicas. O que faz com que o Município de Nelas tenha, efetivamente, em setembro de 2014, um número redondo, curiosamente, de 600 desempregados ditos desocupados. Comparativamente a 2013, este



## Reunião de 12/11/2014

valor líquido era de 678, logo existem atualmente menos 78 pessoas desocupadas. Portanto, o Município de Nelas tem, de facto, uma diminuição em relação a 2013. Também informou que quando as pessoas fazem esta avaliação dos dados quantitativos, têm que se perceber que os dados do desemprego, ou do emprego, como queiram interpretar, são voláteis. Para se fazer uma comparação homóloga, o valor base nem sempre é o mesmo. O que é que ela, Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, queria dizer com isto? Por exemplo, em 2014 e ela pensava que isto também faz parte da sensibilidade das pessoas, do senso comum, existe um problema não só de desemprego, que é o que acontece no país, existe um problema de desemprego não só acumulado, aquele desemprego que as pessoas demoram algum tempo a conseguir uma nova oportunidade de emprego. Mas existe, sobretudo, um problema grave que tem a ver com o primeiro emprego. Aí é que existe, de facto, um acréscimo grande e que não tem, propriamente, a ver com aquele dinamismo imediato que se pretende impregnar no mercado de emprego, mas tem a ver, de facto, com os jovens que terminam os seus cursos e que não conseguem empregabilidade e que se inscrevem no Centro de Emprego e se as pessoas virem o número de desempregados registados no início do ano, em janeiro de 2014, na situação de primeiro emprego, vêm 134 e em 2013 havia 96. Portanto, no início de 2013 o número de jovens desempregados à procura do primeiro emprego eram 96 e em janeiro deste ano são 134, que aquela altura do ano em que os jovens terminam as suas licenciaturas, ou os seus cursos, em setembro, estão ali ainda um bocado em estágio, não em estágio, ver o que procuram e depois no início do ano registam-se, de facto, como desempregados. Este acréscimo, perdoem-lhe a expressão, brutal, de quase 40 jovens do Concelho inscritos à procura do primeiro emprego não é diretamente combatido por esta dinâmica última de emprego porque, de facto, é o mais difícil de combater porque implica um emprego qualificado, um emprego de outro nível e como os Senhores Vereadores assistem, é também este um dos grandes problemas de desemprego do País e da União Europeia. Para isso existe, de facto, um conjunto de estímulos e de projetos, de programas a financiar essas questões. Mas, pronto, estes dados vão ser publicados. Faz parte também do compromisso da Unidade Empreende a prestação de contas, um relatório de atividades e vai ser prestado no final do ano, com todos estes esclarecimentos para que todos possam interpretar e ajudar, de facto, a conseguir diminuir, mesmo assim, estes 600 desempregados desocupados para uma situação de pleno emprego, como já o Senhor Presidente anteriormente colocou. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ia intervir para responder á intervenção do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas. Em relação ao trabalho que o Senhor Presidente estava a fazer na parte da indústria e na criação de postos de emprego, queria fazer uma pergunta até porque é uma questão muito relacionada com o Senhor Presidente da Câmara, se tem algum conhecimento do que está a acontecer no Hotel das Caldas da Felgueira, designadamente, na ação de despejo que lhe foi movida, se isto era verdade, se não passa de meros boatos e Deus queira que não passe de meros boatos, até porque ele, Senhor Vereador Dr. Marques, já sabia, pelo menos vieram-lhe contar que já há até, inclusive, o Turismo quer-lhe meter uma ação para os despejar, até parece que já há uma pessoa para assumir o lugar dos atuais representantes, essa era uma pergunta. Dirigindo-se novamente ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou que fez-lhe também em tempos um requerimento sobre as etar,s, o Senhor Presidente respondeu-lhe quais os custos que a etar de



#### Reunião de 12/11/2014

Nelas, da etar Nelas 2 e da etar Nelas 1. Das Caldas da Felgueira não lhe respondeu, nem da etar da Urgeiriça, nem da etar da Moreira, nem da etar de Folhadal. Mas, certamente, o Senhor Presidente fará-lhe chegar isso por escrito conforme ele, Vereador Dr. Marques requereu ao Senhor Presidente. Quanto à exploração de suínos, de Algerás, afirmou que havia um erro quando o Senhor Presidente disse que quem licenciava era o IFAP, não era assim, o IFAP financia o projeto, quem licencia era a DRABL Centro e a pergunta que ele fazia era se, de facto, nos termos do Decreto-Lei n.º 81, que não tinha de memória porque não trouxe essa legislação para a reunião de Câmara, a Câmara foi, ou não foi interpelada a pronunciar-se no âmbito do RIAP, que é assim que se diz, pois ele sabia que várias entidades, todas as entidades constantes da norma que licencia esta suinicultura intensiva, sabia que a Câmara Municipal, tinha que se pronunciar nos termos da localização. E o Senhor Presidente disse que, de facto, foi em 2012 que o projeto entrou no IFAP, não tem nada a ver o projeto do IFAP com o licenciamento da DRABL Centro. Quem licencia é a DRABL Centro, o IFAP, como ele, Vereador Dr. Marques, disse e já repetiu e vai repetir-se, apenas financia o projeto. Só depois de licenciado pela DRABL Centro, que é a entidade Regional de Agricultura, depois de ouvir a Câmara Municipal, depois de ouvir o ACT, depois de ouvir a APA, depois de ouvir a Autoridade Sanitária, depois de ouvir estas entidades constantes da lei é que o IFAP lhe dá o dinheiro, ou não dá o dinheiro. Portanto, isto não tem nada a ver com o IFAP porque quem licencia é, precisamente, a DRABL Centro. Queria também dizer ao Senhor Presidente da Câmara, a título já de antecipação, que votará liminarmente contra e assume essa responsabilidade publicamente, pese embora possa ser aí apanhado e enxovalhado, mas quem se mete nesta vida, no povo dizem uma coisa, quem não tem uma coisa não se mete a homossexual. Quem não tem estofos para isto não se mete nelas. Portanto, estava preparado e dizia ao Senhor Presidente da Câmara que, liminarmente, será contra qualquer licenciamento, era certo que o Senhor Presidente da Câmara trará essa questão à reunião de Câmara porque quer trazê-la. Mas é da inteira responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara, pela delegação de competências que lhe foi conferida no início do mandato, o licenciamento desta questão. Mas para ajudar já o Senhor Presidente queria-lhe dizer que era liminarmente contra qualquer licenciamento de suinicultura intensiva naquela zona. Portanto, era isto que ele queria dizer ao Senhor Presidente. Tinha mais uma pergunta para fazer e para se pronunciar já também antes que possam surgir quaisquer especulações sobre essa matéria. Quanto à sentença do TAF, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, ele, Vereador Dr. Marques, por via da regra sempre entendeu que o recurso será sempre a última instância para decidir, ou para condenar e é, e é, todos sabiam isso, e quem anda no foro e, pelo menos, quem estudou um bocadito de direito, pouco, lá no tal aviário, mas sabe, minimamente isso. Queria dizer ao Senhor Presidente quanto à sentença do TAF, que quer ele, quer o Senhor Presidente da Câmara estiveram envolvidos nesse processo. O Senhor Presidente esteve envolvido no processo, dizia que não se deveria pagar quando foi Vice-Presidente da Câmara da Senhora Presidente, Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, era responsável pelos Serviços Jurídicos, há pareceres no processo em que dizia que não se devia pagar. Ele, Dr. Marques, inclusive, também com a saída do Senhor Vice-Presidente Dr. José Manuel Borges da Silva, assumiu também esse processo. Por essa razão considera-se impedido de formalizar qualquer opinião sobre essa matéria, além do mais, mais impedido se considera quando requereu ao Senhor Presidente da



#### Reunião de 12/11/2014

Câmara já há bastante tempo para prescindir do seu testemunho nesse processo. Portanto, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, dele, Vereador Dr. Marques, não vai ter qualquer opinião sobre isso a não ser esta que estava a expressar nesta reunião de Câmara e dizer-lhe claramente que não vale a pena porque ele, Vereador Dr. Marques, não se vai pronunciar. Também queria dizer claramente e que isso fique expresso e bem expresso, terminou aqui nesta reunião de Câmara a história do processo TAF 102/2007, terminou aqui nesta reunião de Câmara, não se ia pronunciar mais, não vai dizer mais nenhuma palavra, nem nas reuniões de Câmara, nem na praça pública, nem fará, sequer, qualquer uso político para essa matéria. Terminou. E dizia isto, que ficasse gravado, com testemunhas no Público a ouvirem. Quanto ao processo em que envolveu o Município de Nelas e envolveu o ex-Presidente da Câmara, Dr. José Lopes Correia, terminou aqui nesta reunião de Câmara, nesta hora e neste momento. Quanto à intervenção da Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, queria colocar uma questão à referida Senhora Vereadora, queria perguntar-lhe se o Senhor Presidente assim lhe permitir responder a ele, Vereador Dr. Marques, era se ela visse se ele fez bem estas contas, se em setembro de 2014 para setembro de 2013, em setembro de 2013 havia mais 78 desempregados do que em 2014, se era isso que lhe queria fazer dizer, porque, ele, Vereador Dr. Marques, também tinha outros dados. Como a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas sabia, ele, Vereador Dr. Marques, não estudava isso, não era muito sociólogo, que achava que era quem estudava essas matérias. Mas parecia-lhe que segundo informação que tinha, porque vai colhendo algumas informações, porque essa humildade assim o obrigava, quando não sabia perguntava, era que nestes números do desemprego estão considerados os tais ocupados, estão considerados os POC,s, estão considerados aqueles que não sabia o quê, estavam considerados, pelo menos era essa a informação que lhe tem chegado. Portanto, ele queria, de facto, então se o Senhor Presidente assim autorizar porque já tinha visto que ele, Senhor Presidente, fez alguns sinais à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, com alguma cautela, para não responder logo de imediato, para preparar a resposta, ou ele, Senhor Presidente, ajudar a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas a responder-lhe, que lhe dê-se, se possível os mapas que tem, que estudou, que era para os Senhores Vereadores da Oposição também estudarem na próxima reunião de Câmara e ele poder fazer uma intervenção mais conclusiva, mais clara, sem qualquer equívoco. -----

---- O Senhor Presidente pediu perdão à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas por não lhe dar já a palavra, mas encontravam-se também inscritos para usar da palavra o Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira e o Senhor Vice-Presidente, Dr. Alexandre João Simões Borges. -

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira cumprimentou todos os presentes e afirmou que, no seguimento do que disse o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, portanto, se fosse assim, aliás, os governos quaisquer eles que sejam, são sempre acusados por isso, estes programas servem para mascarar muitas vezes o desemprego, para baixar o desemprego. Portanto, aqui, agora, parece que está ao contrário, estes programas estão inseridos no desemprego e parece que o desemprego não existe. Não é isso que está em causa. O que está em causa é que se estes dados do ano passado eram esses, então no ano passado havia menos desemprego também e que não era aquilo que vinha para a praça pública. Portanto, ainda agora tivemos esse debate na Opinião Pública sobre o desemprego. A Oposição acusa o Governo que o desemprego é feito com base nesses programas e o Governo diz que aquilo são



### Reunião de 12/11/2014

dados estatísticos, portanto, aqui nesta reunião de Câmara têm que testar estes dados para ver se são assim, ou não. -----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, afirmou que ia ser muito rápido, era só para manifestar a sua satisfação pelo upgrade do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques em questões ambientais. Portanto, alguém que em 2012 e 2013 dizia, que doesse a quem doesse, iria ser instalada uma empresa como a PGG que, ia dizer assim, onde havia dúvidas tremendas sobre o impacto ambiental que a empresa poderia ter, que poderia ser muito grave para o Município de Nelas, queria manifestar o seu apreço pela evolução do Senhor Vereador Dr. Marques relativamente à questão ambiental e desta pecuária em concreto. Informou ainda que o que efetivamente, tinha chegado à Câmara Municipal era que a Direcção Regional de Agricultura do Centro iria pedir um parecer à Câmara mas que o isso ainda não tinha acontecido. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas afirmou que como estas questões não fazem sentido nenhum de estarem nesta reunião de Câmara a debatê-las de um lado para o outro, ela então solicitava ao Senhor Presidente que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques coloque por escrito todas as informações que necessita e o Executivo Municipal, juntamente com os serviços do IEFP, vão prestar-lhe essas informações, esclarecendo a interpretação dos dados que vêm nos quadros estatísticos deles, achava que era o melhor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, afirmou que só os burros é que não mudam. Ele, Vereador Dr. Marques, mudou. Mas queria-lhe dizer também uma coisa, que fique claro também, assumiu nesta reunião de Câmara um compromisso de não falar mais no processo. Também assume nesta reunião de Câmara um compromisso com o Senhor Vice-Presidente da Câmara, bem bastava o que o Senhor Vice-Presidente sofria dentro da Câmara, por ele, Vereador Dr. Marques, o estar a atacar, nunca mais o atacará. Depois, se quiser, depois pessoalmente explica-lhe. Quanto à questão de ele ter pedido os dados ao IEFP, ele, nesta reunião de Câmara estava apenas a expor uma preocupação, porque ela surgiu na imprensa que todos os Membros da Câmara respeitam. Todos os Membros da Câmara respeitam a imprensa local e nacional, e, portanto, estes dados surgiram e ele, Vereador Dr. Marques, estava dentro do Órgão a solicitar questões preocupantes para o Concelho de Nelas porque ele via tanta coisa. De facto, depois olhava para os resultados e via os jovens e pensava que tinha registado bem, que aumentou o número de jovens desempregados de 2013 para 2014 e via que se contava para 2014 também contará para 2013. -----

---- O Senhor Presidente deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

### 1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

#### **(209/20141112)1.1.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2014**

---- O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores se, relativamente a esta ata da reunião ordinária pública de 30 de julho de 2014 tinham alguma coisa a dizer. -----



Reunião de 12/11/2014

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que ia votar contra todas as atas pelas razões que depois ditará na aprovação da ata final em declaração de voto. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, uma abstenção do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, por não ter estado presente nessa reunião e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 30 de julho de 2014. -----

---- O Senhor Presidente ditou para a ata que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, no final da aprovação das atas, constantes nos pontos 1.1 a 1.7, fará uma declaração de voto global. -----

**(210/20141112)1.2.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2014**

---- O Senhor Presidente afirmou que nesta reunião, faltou, de forma justificada, a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e Adelino José Borges Amaral, uma abstenção da Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, por não ter estado presente nesta reunião e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 13 de agosto de 2014. -----

**(211/20141112)1.3.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2014**

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 27 de agosto de 2014. -----

**(212/20141112)1.4.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2014**

---- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, uma abstenção do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, por não ter estado presente nessa reunião e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 10 de setembro de 2014. -----

**(213/20141112)1.5.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2014**



### Reunião de 12/11/2014

---- O Senhor Presidente informou que as sugestões apresentadas pelo Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira estão inseridas na ata e que se tinha esquecido de ressaltar isso. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, uma abstenção do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, por não ter estado presente nessa reunião e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 24 de setembro de 2014. -----

#### **(214/20141112)1.6.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2014**

---- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, uma abstenção do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral por não ter estado presente nessa reunião e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 08 de outubro de 2014. -----

#### **(215/20141112)1.7.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2014**

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 29 de outubro de 2014. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques para fazer a sua declaração de voto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques ditou para a ata a seguinte declaração de voto: *“Por impossibilidade de leitura de todas as atas e aquelas que li em diagonal assisti a alguns erros que não correspondem à realidade no seu todo, para salvaguardar a minha responsabilidade na votação das atas votei contra.”* -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira referiu que na ata da reunião ordinária de 29 de outubro de 2014 também era para fazer mais algumas alterações, mas era um bocadinho mais do que as outras anteriores, achava que a parte do Português nesta ata passou um bocado ao de leve e algumas situações não estão bem perceptíveis em relação aquilo que se passou na reunião, mas isso também não influenciava muito. -----

## **2 – ZONAS INDUSTRIAIS**

### **(216/20141112)2.1.ZONA INDUSTRIAL DE NELAS – AQUISIÇÃO DE TERRENO A CARLOS ALBERTO ALVES – APROVAÇÃO**



Reunião de 12/11/2014

---- Presente a informação interna n.º 8705, datada de 23 de setembro de 2014, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Aquisição de terreno a Carlos Alberto Alves. -----*

---- *Face à necessidade em adquirir terrenos para fins industriais, pela urgência na ampliação da empresa LusoFinsa, melhoramento nas suas instalações e havendo proprietários interessados em vender, solicito a V. Exa. autorização para adquirir o seguinte artigo matricial: -----*

---- *- Artigo matricial 6568 – Rústico, sito ao Carvalhal-Nelas, composto de pinhal, na Freguesia e Concelho de Nelas com seiscentos metros quadrados, confrontando a norte com Maria Cristina, a sul com José Pereira da Silva, a nascente com caminho e a poente com António Pereira Venâncio. -----*

---- *O proprietário deste terreno, Carlos Alberto Alves, contribuinte n.º 166629740, residente na Avenida José Maria da Fonseca, n.º 16, acordou vendê-lo pelo preço total de 1.500,00€. --*

---- *Parecer dos serviços: -----*

---- *Atendendo ao interesse deste Município nesta aquisição, para apoiar o desenvolvimento económico local, julga-se ser de aceitar o valor proposto. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

----- O Senhor Presidente informou tratar-se da aquisição de mais uma parcela de terreno a Carlos Alberto Alves, pelo valor de mil e quinhentos euros. Esta parcela é contígua às instalações da LusoFinsa e necessária para garantir o investimento PIN, de trinta e cinco milhões de euros, que está a decorrer naquela unidade industrial e que também se propõe, não só em termos de valor acrescentado, mas também em termos de criação de emprego, nos próximos tempos e o Executivo Municipal tinha indicação de que isso já estava a decorrer, a aumentar, em muito, a sua oferta de emprego. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a aquisição do terreno, atrás descrito, sito ao Carvalhal, Freguesia e Concelho de Nelas, de que é proprietário o Senhor Carlos Alberto Alves, contribuinte n.º 166629740, pelo preço total de mil e quinhentos euros, para ampliação da empresa LusoFinsa, bem como autorizar o respectivo pagamento, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 8705, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, atrás descrita. -----

### 3 – EDUCAÇÃO E CULTURA

#### **(217/20141112)3.1. TRANSPORTES ESCOLARES – COMPARTICIPAÇÃO DO PASSE, NA TOTALIDADE, DE SANDRINA AMARAL PEREIRA – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 9533, datada de 24 de outubro de 2014, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Comparticipação de passe escolar – Sandrina Amaral Pereira -----*

---- *Em resposta ao solicitado pela Sr.ª Maria Celeste Amaral Pereira, residente no lugar de Aguireira, União de Freguesias Carvalhal Redondo/Aguireira, e depois de analisada a situação sócio – económica do agregado familiar, este Serviço informa que o mesmo é constituído por três elementos (pais e aluna), cujos únicos rendimentos são os provenientes da pensão do pai da aluna Sandrina Amaral Pereira. De referir que os referidos rendimentos*



Reunião de 12/11/2014

*são insuficientes para o pagamento das despesas fixas mensais (medicação, eletricidade e água).* -----

---- *Posto isto, e caso V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> entenda, o encargo com o passe escolar entre Aguireira – Nelas - Aguireira poderá ser suportado na totalidade pela Autarquia, uma vez que o rendimento mensal per capita do agregado familiar não ultrapassa o valor do Indexante dos Apoios Sociais (419,22 €).* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração superior de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.*” -----

---- O Senhor Presidente informou que a informação foi dada aos Senhores Vereadores. Perguntou à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas se queria dar alguma explicação relativamente a este assunto. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques informou que estas situações existem, como todos os restantes Membros da Câmara sabiam até certamente melhor do que ela. São situações de pessoas que mesmo, podendo aceder às condições que já existem, particularmente, até da própria empresa de transportes, não conseguem, mesmo assim, pagar os custos do passe de transporte escolar para os filhos poderem frequentar as aulas enquanto estão, de facto, no ensino regular. São situações que remetem o Executivo Municipal até para a necessidade de, estão a fazê-lo, preparar um regulamento de apoio aos estratos sociais desfavorecidos, regulamento esse que vai incluir aquele que já existe para comparticipação de despesas com a habitação, mas também para todo um conjunto de despesas que não estão enquadradas em regulamento nenhum e que são aquele tipo de despesas que as pessoas, de facto, quando entram para esta condição de estrato social desfavorecido não têm resposta em lado nenhum. Isso vai ser feito. Até lá, o Executivo Municipal solicita autorização à Câmara que, mesmo assim, permita participar o valor que é pedido, depois da análise rigorosa que foi feita pela Assistente Social, solicitando todo o conjunto de despesas para poder aferir, de facto, se esta é uma família que está em situação de carência social extrema e nesse sentido vêm estes dois pedidos à Câmara para autorização. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que em relação a estes dois assuntos, ele ia falar já nos dois, já na penúltima reunião tinham falado sobre isto. Ele achava que neste caso, sem pôr em causa a informação e a bondade da mesma, para os transportes e para os passes, estão tipificados quais são as formalidades a pedir esse apoio. Ainda bem que a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas falou nesse regulamento, Ele ia falar sobre isso. Até lá, ele vai-se abster nesta situação. Não queria com isso dizer que não possam ter direito, mas não se prova na informação, realmente, prova-se que têm insuficiência, mas não prova se têm, ou não, subsídios, se têm transporte, qual é o valor do transporte. É uma informação, um tanto vaga e que não vincula muito bem aquilo que é necessário. Era só nesse sentido. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral e uma abstenção, do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, aprovar a comparticipação do passe escolar, na sua totalidade, da aluna Sandrina Amaral Pereira, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 9533, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----



Reunião de 12/11/2014

---- O Senhor Presidente ditou para a ata que o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira absteve-se pelas razões que disse e que se reafirmam em termos de declaração de voto. -----

**(218/20141112)3.2. TRANSPORTES ESCOLARES – COMPARTICIPAÇÃO DO PASSE, NA TOTALIDADE, DE CARINA BASTOS COIMBRAS – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 9535, datada de 24 de outubro de 2014, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Comparticipação de passe escolar – Carina Bastos Coimbras -----  
 ---- Em resposta ao solicitado pela Sr.ª Maria Rute Pires Coimbras, residente no lugar de Moreira, União de Freguesias Santar/Moreira, e depois de analisada a situação sócio – económica do agregado familiar da aluna Carina Bastos Coimbras, este Serviço informa que, depois de realizada entrevista à Encarregada de Educação, que se concluiu que a aluna Sónia Marlene Bastos Coimbras enveredou recentemente por um curso profissional – Restauração e Bar – e irá beneficiar de uma bolsa de material (início deste ano letivo), de subsídio de alimentação e de transporte pelo que já não necessita da participação do passe escolar. -----*

---- *Assim, da avaliação efetuada, verifica-se situação de carência económica dada a insuficiência de rendimentos (proveniente do trabalho do Senhor José Coimbras) para fazer face às despesas fixas mensais (medicação, eletricidade e água, devidamente comprovadas). -*

---- *Posto isto, e caso V.ª Ex.ª entenda, o encargo com o passe escolar entre Moreira – Nelas – Moreira, da aluna Carina Bastos Coimbras, que frequenta o ensino regular – 10.º ano de escolaridade – na Escola Secundária de Nelas, poderá ser suportado na totalidade pela Autarquia, uma vez que o rendimento mensal per capita do agregado familiar não ultrapassa o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS 419,22 €). -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração superior de V.ª Ex.ª.” -----*

---- O Senhor Presidente perguntou à Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas se queria acrescentar mais alguma coisa para além do que já constava na informação. Trata-se de um agregado familiar que tem duas alunas, de Moreira e também uma situação de carência. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.ª Sofia Relvas Marques, Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral e uma abstenção, do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, aprovar a participação do passe escolar, na sua totalidade, da aluna Carina Bastos Coimbras, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 9535, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----

---- O Senhor Presidente ditou para a ata que o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira absteve-se pelas razões que se reafirmam ditas no ponto anterior. -----

**4 – CONTABILIDADE**



Reunião de 12/11/2014

#### **4.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de outubro de 2014, no total de 1.069.894,12 € (um milhão sessenta e nove mil oitocentos e noventa e quatro euros e doze cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 58.752,75 € (cinquenta e oito mil setecentos e cinquenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pela Secção de Contabilidade. -----

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que vai fazer chegar ao Senhor Presidente um requerimento a pedir informações desde janeiro de 2014 sobre estes mapas, mas que na presente reunião havia umas questões que ele queria propor ao Senhor Presidente um pedido de informação. Enunciou um pagamento à firma Sunhill International Consulting e Projetos, LTD, de 1.660 euros. Depois enunciou outro pagamento ao Saidacasca, Ld.<sup>a</sup>, também 446,19 euros, Associação Cavaleiros Negros, não sabia o que era aquilo, 14.000 euros, AGR – Engenharia e Serviços, Ld.<sup>a</sup>, já sabia o que era porque o Senhor Presidente já explicou há bocadinho que era a empresa que faz a manutenção das etar,s, à firma Eernel um pagamento de 1.122 euros, depois tinha vários outros pagamentos à mesma empresa, depois um pagamento à Fotomania, depois um outro pagamento à firma Classpanorâmica, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, 2.521,50 euros, depois outro pagamento á firma Caminhos do Vinho, Ld.<sup>a</sup>, 1.230 euros, outra vez outro pagamento à firma Eernel, 3.724,69 euros. Outro pagamento à VCA – Energia, Consultadoria, Projeto e Manutenção, 2.041 euros. Para já não tinha mais nada a solicitar, mas que ia fazer chegar por escrito todas os pagamentos e que gostava de ser esclarecido. Em relação à pergunta que tinha feito ao Senhor Presidente da Câmara, o qual o mandou consultar estes mapas e ele, Vereador Dr. Marques, de facto, não consegue extrair desses mapas quanto é que o Município de Nelas pagou em publicidade em jornais, não conseguia extrair esse valor, era sincero, não conseguia extrair esse valor e, portanto, ia fazer chegar ao Senhor Presidente uma fotocópia deles todos desde janeiro e o Senhor Presidente fará, certamente, o favor dos Serviços o esclarecerem o que é que foi pago em publicidade e o que não foi pago, pois assim por estes mapas não chega a esse valor. Perguntou, ainda ao Senhor Presidente da Câmara, se ele lhe ia responder nesta reunião de Câmara, ou se lhe responderia depois por escrito. Agradeceu a resposta do Senhor Presidente, a qual mostrava qual era a sua democracia. -----

#### **4.2.MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 12, E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, N.º 11, DE 2014 – COMPETÊNCIA DELEGADA – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento das Modificações ao Orçamento Municipal para o ano de 2014, n.º 12, e às Grandes Opções do Plano, para o mesmo ano de 2014, n.º 11, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

### **5 - OBRAS PARTICULARES**



Reunião de 12/11/2014

## **5.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO**

### **5.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 23 de outubro de 2014 e 05 de novembro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

### **5.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 23 de outubro e 05 de novembro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que tinha dúvidas, mas se as suas dúvidas subsistirem como aconteceu no ponto anterior e o Senhor Presidente não lhe der resposta, achava que nem as ia formular. -----

### **5.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares - Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 23 de outubro de 2014 e 05 de novembro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

### **(219/20141112)5.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO**

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, caducadas, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 23 de outubro de 2014 e 05 de novembro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

## **6 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS**



Reunião de 12/11/2014

**6.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 –  
CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído, no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VI), fazendo dela parte integrante. -----  
(220/20141112)

**6.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA  
CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS  
MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO**

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VII), fazendo dela parte integrante. ---

---- O Senhor Presidente afirmou que esta reunião ordinária não era pública, com intervenção do Público, mas naturalmente desde o início do mandato tem ficada consignada a possibilidade de, havendo Público, havendo Municípes presentes se algum se queira pronunciar sobre alguma das matérias que interessem à vida coletiva do Município, pediu ao Público para fazer o favor de dispor deste espaço e desta oportunidade para isso. Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, pediu à Senhora Dr.ª Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata para ver se está em conformidade, para poder ser aprovada para efeitos imediatos. -----

**ENCERRAMENTO**

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, \_\_\_\_\_, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

\_\_\_\_\_  
A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e  
Financeira/Recursos Humanos e Saúde,